

Recebido em: 17/04/2023

Aceito em: 21/12/2023

Como citar: Inácio, A. L. M., Silva, M. E. O., Santos, B. L., Seleguini, T. L., Canavesi, B. L., & Miani, L. F. (2024).

Estágio supervisionado em avaliação psicológica: relato de experiência em uma instituição pública. *PSI UNISC*, 8(1), 205-218. doi: 10.17058/psiunisc.v8i1.18387

Estágio supervisionado em avaliação psicológica: relato de experiência em uma instituição pública

Pasantía supervisada en evaluación psicológica: relato de experiencia en una institución pública

Supervised internship in psychological assessment: experience report in a public institution

Amanda Lays Monteiro Inácio

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo – SP/Brasil

ORCID: 0000-0003-1892-6242

E-mail: amandalmonteiro@gmail.com

Maria Eduarda Oening da Silva

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil

ORCID: 0000-0003-1911-8335

E-mail: dudaoening@gmail.com

Beatriz Leal Santos

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil

ORCID: 0000-0001-6083-999X

E-mail: bialeals@gmail.com

Taís Leão Seleguini

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil

ORCID: 0009-0006-8804-8050

E-mail: taisleaoeleguini@gmail.com

Beatriz Lapresa Canavesi

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil

ORCID: 0000-0002-8001-0537

E-mail: biacanavesi@gmail.com

Luiza Farias Miani

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR/Brasil

ORCID: 0000-0003-1948-5661

E-mail: mianiluiza@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente trabalho foi relatar a experiência de um Estágio Supervisionado em Avaliação Psicológica em uma Universidade Pública do Paraná. Os atendimentos foram retratados com base nas percepções das participantes do estágio e discutidos à luz da literatura científica. Foram atendidos 16 casos em um período de dez meses no ano de 2022. Consistiam em 7 casos de Orientação Profissional, 3 de Dificuldade de Aprendizagem, 1 de suspeita de Deficiência Intelectual, 3 de suspeita de Autismo, 1 de suspeita de Transtornos Psicóticos agudos e transitórios, 1 de suspeita de Altas Habilidades/Superdotação. Por meio da atuação no serviço-escola, foi possível aprimorar o conhecimento teórico e técnico das estagiárias, bem como contribuir socialmente com a comunidade aderente ao referido serviço, considerando a gratuidade do trabalho realizado em comparação ao alto custo cobrado por esse serviço em âmbito privado. O contato com a prática em Avaliação Psicológica corroborou para que as estagiárias desenvolvessem um olhar clínico ético valendo-se de recursos reconhecidos pela ciência psicológica. Destaca-se, por fim, a importância de um exercício ético, atualizado e comprometido com a integralidade do ser humano na prática profissional.

Palavras-chaves: Avaliação psicológica; Clínicas-escola; Psicologia.

Resumen

El objetivo del presente trabajo fue relatar la experiencia de una Pasantía Supervisada en Evaluación Psicológica en una Universidad Pública de Paraná. Las consultas fueron retratadas a partir de las iniciaciones de los participantes de la pasantía y discutidas a la luz de la literatura científica. Dieciséis casos fueron tratados en un período de diez meses en 2022. Constaron de 7 casos de Orientación Profesional, 3 de Dificultades de Aprendizaje, 1 de sospecha de Discapacidad Intelectual, 3 de sospecha de Autismo, 1 de sospecha de Trastornos Psicóticos agudos y transitorios, 1 de sospecha de Alta Habilidad/Superdotación. A través del trabajo en el servicio escolar se logró mejorar los conocimientos teóricos y técnicos de los pasantes, así como contribuir socialmente a la comunidad adherida al referido servicio, considerando la gratuidad del trabajo realizado en comparación con el alto costo cobrado por este servicio en el ámbito privado. El contacto con la práctica en Evaluación Psicológica corroboró que los internos desarrollaran una mirada clínica ética utilizando recursos reconocidos por la ciencia psicológica. Finalmente, se destaca la importancia de un ejercicio ético, actualizado y comprometido con la integralidad del ser humano en el ejercicio profesional.

Palabras clave: Evaluación psicológica; Escuela clínica; Psicología.

Abstract

The objective of the presente study was to report the experience of a Supervised Internship in Psychological Assessment at a Public University of Paraná. The sessions were treated by the perceptions of internship participants and discussed under the scientific literature. Sixteen cases were treated over a period of ten months in 2022. They consisted of 7 cases of professional advice, 3 of learning issues, 1 of suspected Intellectual disability, 3 of suspected Autism, 1 of suspected acute psychotic disorders and transient response, 1 suspected of high abilities /Giftedness. Based on that school work, it was possible to improve the theoretical and technical knowledge of the interns, as well as to contribute socially to the community which has supported the referred service, considering the gratuity of the work performed in comparison to the high cost charged for this service in the private clinics. The contact with the practice in Psychological Assessment helped the interns to develop an ethical clinical perspective, making use of resources recognized by psychological science. Finally, we can highlight the importance of an ethical exercise, up-to-date and committed to the integrality of the human being in professional practice.

Keywords: Psychological assessment; School-clinics; Psychology.

Introdução

A Avaliação Psicológica (AP) pode ser definida como um processo técnico e científico, realizado com um indivíduo ou um grupo, que demanda metodologias singulares, pautando-se em conhecimentos e demandas apresentadas (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Ademais, o Artigo 1º da Resolução nº 09/2018 do CFP descreve a AP como um processo estruturado que tem como objetivo a investigação de fenômenos psicológicos. Esse processo é constituído de métodos, instrumentos e técnicas que têm por finalidade fornecer informações para a tomada de decisão, baseando-se em condições, demandas e finalidades específicas.

No Brasil, pode-se afirmar que a AP alcançou um avanço demasiadamente grande nas últimas décadas, mediante diversos

indicadores como a criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos, o SATEPSI, as diversas resoluções do CFP, com enfoque para as Resoluções nº 09/2018 e nº 06/2019, as associações científicas e suas correspondentes publicações, dentre outras. No entanto, tais avanços não extinguiram a dificuldade de diferenciação entre o processo de AP e a testagem psicológica, que historicamente gera dúvidas e é motivo de críticas. Por esse motivo, vale destacar que a primeira se refere a um processo que abrange diversas fontes de informação, como entrevistas, observações, aplicação de testes psicológicos e outras fontes que devem ser integradas a partir da ciência psicológica. A testagem, por sua vez, é considerada a aplicação e correção de testes, podendo ser ou não uma etapa do processo como um todo (Oliveira, Monteiro, Faiad, Muniz, & Schelini, 2020).

Sobre a prática da Avaliação Psicológica, a Resolução nº 09/2018, no Artigo 2º, determina que o(a) psicólogo(a) deve basear sua decisão, obrigatoriamente, em pelo menos uma das fontes fundamentais de informação. As fontes fundamentais se constituem nos testes psicológicos aprovados pelo CFP, entrevistas psicológicas e registros de observação de comportamentos. Ademais, a depender do caso, o profissional da Psicologia pode recorrer às fontes complementares de informação. A resolução define que as técnicas e instrumentos não psicológicos com respaldo científico, bem como os documentos técnicos de outros profissionais, são exemplos de fontes complementares que podem ser integradas ao processo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2018).

Em relação à escolha dos instrumentos, é necessário salientar que a aprovação de um teste no SATEPSI não faz com que ele possa ser utilizado em qualquer circunstância. Essa escolha deve ser pautada no contexto e finalidade da AP, também nos construtos necessários a serem averiguados, na conformidade entre as características dos instrumentos e os avaliandos, assim como nas características dos instrumentos (CFP, 2022).

No tocante ao documento resultante do processo de AP, a Resolução nº 06/2019 trata sobre instruções para a estruturação de documentos psicológicos. De acordo com o Artigo 13º, o Laudo Psicológico é o documento resultado deste processo e tem como finalidade auxiliar nas decisões relativas à demanda. O Laudo deve conter a descrição de todos os passos decorrentes do processo de AP, e incluir o encaminhamento, intervenções, hipótese diagnóstica ou o diagnóstico em si, o prognóstico, o desenvolvimento do caso e, por fim, orientações e/ou sugestões de encaminhamentos (CFP, 2019).

Mediante o exposto, tem-se que o processo de AP perpassa diferentes etapas e possui natureza dinâmica. A esse respeito, segue-se desde o encaminhamento realizado, a elucidação de hipóteses e a implantação de um contrato de trabalho. Em seguida, a escolha,

aplicação e correção dos instrumentos, bem como as entrevistas com as fontes de informação que se fizerem necessárias. Por fim, realiza-se a integração dos dados obtidos e a relação com as hipóteses levantadas e a finalidade e a elaboração do Laudo, para que os resultados possam ser comunicados aos interessados e o caso encerrado (Hutz, Bandeira, Trentini, & Krug, 2016). Dessa maneira, ao final do processo o profissional responsável deve realizar uma devolutiva às partes interessadas, a fim de explicar os resultados e encaminhamentos propostos.

A fim de que o profissional se torne apto para a realização destas etapas, com base em um rigoroso critério ético e pautado na ciência psicológica, faz-se necessário que a prática de AP tenha início ainda na graduação de Psicologia. Ademais, a promoção de estágios supervisionados em AP é de grande contribuição para o futuro profissional, haja vista que os conhecimentos adquiridos no decorrer da formação acadêmica somados à experiência prática são indispensáveis para o desenvolvimento das competências necessárias (Peres, 2021).

Estágio obrigatório: uma breve contextualização

Está presente na resolução nº 8 do Conselho Nacional de Educação (2004), as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Mais especificamente, a título desse trabalho, o Art. 20 delimita que os estágios supervisionados correspondem a um conjugado de atividades formativas, supervisionadas por docentes da instituição de ensino. De acordo com esse documento, os estágios objetivam proporcionar a experiência do estudante com situações que levem ao desenvolvimento de habilidades e competências em ações profissionais.

Ao curso de Psicologia, é exigido a oferta de dois níveis de estágios supervisionados: básico e específico. Sendo necessário que os dois estágios totalizem ao menos 15% da carga horária total do curso superior. É obrigatório também, que as

atividades sejam documentadas, com o intuito de avaliar, a partir dos parâmetros institucionais, o desenvolvimento das características inerentes a formação (Conselho Nacional da Educação, 2004)

De acordo com Art. 24 do Regulamento Geral do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Psicologia o estagiário possui alguns direcionamentos. Como por exemplo, compete ao aluno realizar os trâmites do Termo de Compromisso, realizar as atividades prescritas para o estágio, desempenhar com responsabilidade as tarefas e manter uma atitude ética conveniente ao desempenho profissional. Vale ressaltar que, partindo dessas obrigatoriedades e orientações, cada instituição apresenta algumas particularidades e especificidades a respeito dos campos de estágio e das práticas possíveis para os alunos.

Na instituição a que se refere o presente trabalho, o estágio curricular obrigatório encontra-se conforme a Resolução CEPE/CA no 126/2018, a qual propõe o oferecimento de duas ênfases curriculares: a Ênfase I, intitulada Investigação Científica e Intervenção em Processos Clínicos e da Saúde; e a Ênfase II, intitulada Investigação Científica e Intervenção em Processos Sociais e Institucionais. Sendo assim, a partir do ano de 2019, os estudantes de Psicologia podem optar pela escolha de uma ou duas ênfases de estágio, cumprindo uma carga horária de 4.180 horas, caso opte por uma ênfase, ou 4.690 horas, caso opte por duas ênfases.

A Ênfase de Investigação Científica e Intervenção em Processos Sociais e Institucionais (Ênfase II), interessada no neste trabalho, possui como objetivo capacitar o formando a atuar em processos sociais e institucionais valendo-se das características inerentes ao diagnóstico, incluindo planejamento e intervenção com base em uma atuação ética e em consonância com o aporte teórico. Sendo assim, considerando que esta ênfase de estágio abarca diferentes estratégias de práticas em um amplo contexto de atuação profissional desde que esteja atrelado ao contexto institucional ou social, a Avaliação

Psicológica situa-se como um campo de atuação possível ao estagiário.

Caracterização de um Serviço-escola

O serviço-escola é padrão dentro das universidades e está diretamente ligado à graduação em Psicologia, que foi regulamentada pela Lei 4.119 do ano de 1962. Sua principal função é assistir o processo formativo do discente, possibilitando acesso à prática necessária para executarem atividades inerentes à atuação profissional, como atendimento clínico individual e em grupos, a execução de processos de Avaliação Psicológica, entre outros. Os serviços-escola visam o diálogo entre ensino, pesquisa e a extensão. Desempenham, portanto, a construção de conhecimento, ao criar um ambiente com oportunidade de experienciar e aprimorar a Psicologia valendo-se de seus aspectos éticos (Marturano, Silveiras, & Oliveira, 2014).

O artigo 12 da Resolução Nº 8, de 07 de maio de 2004, do Conselho Nacional de Educação, institui que uma das possibilidades de ênfases para o curso de Psicologia são os processos de avaliação diagnóstica. Esses processos envolvem o uso de diversas estratégias e instrumentos, tanto de avaliação como de observação, imprescindíveis para a compreensão diagnóstica em diferentes contextos (Conselho Nacional de Educação, 2004).

Dessa forma, compreende-se a Avaliação Psicológica como possibilidade de atuação da Psicologia no serviço-escola, tendo em vista a utilização de processos técnicos e científicos na compreensão dos diagnósticos. Os trabalhos feitos no serviço-escola têm um papel significativo que se inicia na identificação da demanda e abrange, também, a troca de saberes da instituição para com a comunidade (Marturano, Silveiras, & Oliveira, 2014). Ademais, convém ressaltar que os serviços-escola funcionam de forma gratuita ou solicitando pequenas taxas ao público que os utiliza.

Os serviços e atendimentos da Clínica Psicológica da universidade em questão, portanto, ocorrem de maneira gratuita, ou com um pagamento simbólico de algo necessário para o funcionamento e manutenção da instituição, e os psicoterapeutas são, em grande parte, estudantes do curso de Psicologia, supervisionados por um docente responsável, que dá suporte aos aspectos teóricos e práticos inerentes ao trabalho realizado. A clínica tem seu funcionamento seguindo o calendário da universidade, trabalhando em horário comercial, abrindo também no período noturno de segunda à quarta-feira, até às nove horas da noite. Se criam espaços de oferta de serviços acessíveis à comunidade e, concomitantemente, permitem o aprendizado dos estagiários. Dessa maneira, pode-se afirmar que os serviços-escola cumprem um papel social importante, haja vista que a população que acessa os serviços ofertados geralmente não dispõe de renda compatível com os valores cobrados no setor privado (Sei, Skitnevsky, Trevisan & Tsujiguchi, 2019).

Levando em consideração a relevância que o serviço escola possui dentro do espaço social que ocupa, é importante afirmar que ele pode estar vinculado às políticas públicas, assim recebendo encaminhamentos de instâncias como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além do serviço de Educação Básica, como escolas, creches e por diversas outras instituições que promovem o cuidado. A população que busca o serviço-escola, portanto, pode chegar até ele por encaminhamentos dessas vias (Sei et al., 2019).

É válido ressaltar que os serviços-escola, em geral, possuem uma grande lista de espera, dado que os encaminhamentos são diversos. Diferentes estudos, como indicado por Ortolan e Sei (2016) e Sei et al. (2019), indicam a alta prevalência de filas nos serviços-escola localizados em diversas regiões. O número de pacientes que desistem dos

atendimentos também é grande, pois, dentre outros fatores, os profissionais ainda estão em formação e o valor do serviço é relativamente baixo, dois fatores que podem corroborar significativamente com essa evasão, além do longo tempo de espera.

Em razão da variedade de serviços públicos que podem realizar o encaminhamento, Sei et al. (2019) ressaltam a necessidade do fortalecimento do diálogo entre as instituições. Essa interação entre o serviço-escola de Avaliação Psicológica e as instâncias que realizaram o encaminhamento se faz necessária, uma vez que a saúde se trata de um âmbito multifacetado.

Com base no exposto, o presente estudo objetiva discorrer sobre a prática profissional da Psicologia que ocorre em um serviço público, mais especificamente no estágio de ênfase em Avaliação Psicológica, haja vista a possibilidade de contribuir para um aperfeiçoamento teórico e prático do psicólogo em formação frente aos processos de investigação diagnóstica.

Delineamento metodológico

O presente trabalho consiste em um relato de experiência das atividades realizadas durante o estágio de Ênfase de Investigação Científica e Intervenção em Processos Sociais e Institucionais de uma universidade pública paranaense. Os atendimentos são retratados com base nas percepções das participantes do estágio e discutidos com base na literatura pertinente. Os casos serão sistematizados mediante as hipóteses diagnósticas e/ou finalidade da avaliação, porém as definições e especificidades não serão citadas. Foram atendidos 16 casos em um período de dez meses, de março a dezembro de 2022. Especificamente, eram 7 casos de Orientação Profissional, 3 de Dificuldade de Aprendizagem, 1 de suspeita de Deficiência Intelectual, 3 de suspeita de Autismo, 1 de suspeita de Transtornos Psicóticos agudos e transitórios, 1 de suspeita de Altas Habilidades/Superdotação.

Participantes

As integrantes iniciaram o estágio durante o quarto ano da graduação de Psicologia e, posteriormente, tiveram a oportunidade de escolher dar continuidade às atividades ao longo do quinto ano do curso. Estas compunham o total de sete estagiárias, sendo que uma delas já tinha experiência prévia em AP, visto que a universidade proporciona projetos de extensão que versam sobre a temática. Todas as integrantes optaram por continuar no estágio em seu último ano de graduação, a fim de aprofundar o conhecimento teórico e prático em AP. O relato em questão será exposto mediante às vivências de cinco integrantes, todas do quinto ano.

Contextualização dos atendimentos

No primeiro semestre de 2022 os atendimentos eram realizados em dupla, visando a prestação de um serviço mais eficaz e a oportunidade pedagógica para as alunas, visto que podiam aprender umas com as outras. A partir do segundo semestre, as avaliações de Orientação Profissional foram realizadas individualmente, enquanto outros casos permaneceram em duplas.

Na sessão inicial de anamnese, era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o indivíduo ou seu responsável assinar caso concordasse, o qual informava as regras da instituição. As sessões tinham duração média de 50 minutos, podendo variar em função do tempo que o avaliando demandava para a realização de alguns instrumentos. Ademais, em média ocorriam 8 encontros, considerando sessões com o avaliando, familiares e outros profissionais quando se fazia necessário. Entretanto, o número total de sessões era flexível, de acordo com a especificidade de cada caso.

Como fontes fundamentais de informação, foram utilizadas entrevistas, observações de comportamento registradas sistematicamente e testes psicológicos aprovados pelo SATEPSI. Os testes psicológicos pertenciam ao serviço-escola e ao

Laboratório de Avaliação Psicológica da instituição e estavam disponíveis para a realização do estágio. Com relação às fontes complementares, foram utilizados documentos técnicos de outros profissionais, bem como técnicas e instrumentos não psicológicos reconhecidos cientificamente.

As supervisões dos casos ocorreram semanalmente nas dependências da universidade, tendo duração de quatro horas e sendo conduzidas pela docente responsável. Os encontros tinham por finalidade a discussão das hipóteses diagnósticas e os relatos dos casos, a fim de descrever as sessões e traçar os próximos objetivos. Ademais, também tinham o propósito de auxiliar na aplicação e correção dos instrumentos psicológicos. Durante o processo, de acordo com as demandas observadas, eram orientados materiais e documentos teóricos inerentes a cada caso.

Ao final de cada avaliação, os dados coletados eram integrados no Laudo Psicológico, conforme preconiza a resolução 06/2019 do CFP (CFP, 2019). O documento era elaborado com os resultados e sugestões de encaminhamentos para cada indivíduo. Após a finalização do Laudo e correção da supervisora, eram realizadas as entrevistas de devolutiva com os avaliandos, seus responsáveis e, dependendo do caso, com o solicitante da avaliação.

Resultados

Orientação Profissional

Os casos de Orientação Profissional que chegaram ao serviço-escola consistiam em sete adolescentes entre 17 e 18 anos, oriundos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas. Foram realizadas entre 4 a 5 sessões, com duração de uma hora cada, mediante entrevistas e observações clínicas; aplicação do Inventário Fatorial de Personalidade (IFP-II) (Leme, Rabelo, & Alves, 2013) ou Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), Escala de Maturidade para Escolha Profissional (EMEP), Avaliação dos Interesses Profissionais (AIP) e técnica “Gosto e faço”, que consiste em uma atividade escrita na qual o indivíduo completa

quatro quadrantes com coisas que ele gosta e faz, gosta, mas não faz; não gosta, mas faz e coisas que ele não gosta e não faz. A atividade objetiva conhecer as preferências dos avaliados, bem como fazê-los refletir sobre seu próprio autoconhecimento.

Mediante análise dos casos de Orientação Profissional, é possível inferir certa conformidade, isso porque a maioria dos adolescentes já tinha uma ideia prévia do que gostariam de fazer no futuro, no entanto, não apresentavam certo autoconhecimento ou maturidade para fazer sua escolha e indicavam que havia bastante influência familiar envolvida no processo, principalmente por questões afetivo-emocionais. Por conta da falta de conhecimento de si próprio, entre outras nuances, foi necessário indicar como encaminhamento a psicoterapia em muitos dos casos, ainda que seus interesses iniciais se relacionassem com as áreas indicadas mediante a Avaliação Psicológica.

Dificuldade de aprendizagem

Três dos encaminhamentos recebidos no serviço-escola continham queixa de Dificuldade de Aprendizagem. Os casos foram encaminhados pela escola e correspondiam a alunos na terceira infância e no início da idade adulta. As queixas principais eram de atraso na alfabetização, dificuldades nas retenções de conteúdos e na realização de tarefas escolares, fácil dispersão e dificuldades de atenção, dificuldades relacionadas à leitura e escrita. Além disso, também se apresentavam questões como comportamentos infantilizados para a idade, lentidão, apatia, dificuldade fonarticulatória e a necessidade de avaliar questões afetivo-emocionais, como a comunicação e expressão de sentimento de frustração e tristeza.

No tocante aos procedimentos utilizados com as crianças, foram feitas entrevistas com os responsáveis e com as equipes pedagógicas das respectivas escolas, bem como observações clínicas durante as sessões, com duração média de 8 encontros. Ademais, foram aplicados instrumentos

psicológicos para avaliar determinados construtos, a saber: Casa-Árvore-Pessoa (HTP) (Alves & Tardivo, 2009), Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC), Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (CPM) e a Bateria Psicológica para a Avaliação da Atenção (BPA). Como fontes complementares, foram feitas atividades de leitura, escrita e aritmética e jogos didáticos para criação do *rapport* com os avaliados. Em um dos casos, especificamente, foi aplicado o *Swanson, Nolan and Pelham Questionnaire* (SNAP-IV) (Marcon, Sardagna, & Schussler, 2016), visando rastrear sintomas do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Em relação aos instrumentos psicológicos utilizados com o avaliando, utilizou-se: Casa-Árvore-Pessoa (HTP) (Alves, & Tardivo, 2009); Bateria Fatorial de Personalidade (BFP); Teste Não Verbal de Inteligência (G36) e Bateria Psicológica para a Avaliação da Atenção (BPA). Ademais, como fonte complementar de informação foi aplicado o *Adult Self Report Scale* (ASRS), questionário de autorrelato para rastreio dos sintomas de TDAH, todos escolhidos mediante sua faixa etária. Por fim, atividades de leitura, escrita e aritmética também serviram de auxílio durante o processo.

Com relação à análise e conclusão do processo de AP com as crianças, de fato foram encontradas dificuldades de aprendizagem. De acordo com Silva e Ivashita (2022), a pandemia causou uma série de alterações sociais, incluindo a necessidade do ensino remoto durante o isolamento. Esse contexto afetou o processo educacional e a relação entre o tempo escolar e a aprendizagem. Sendo assim, acredita-se que tais dificuldades encontradas nos casos podem ter sido prejudicadas pela defasagem ocorrida durante a pandemia de Covid-19, dificultando o processo de apropriação dos conteúdos.

Considerando que a leitura e escrita são processos básicos da alfabetização e necessários para a aprendizagem de outras disciplinas, foi sugerido como encaminhamento um maior acompanhamento

do seu desenvolvimento escolar dos alunos, sobretudo considerando a necessidade de auxílio individualizado para suas questões referentes à aprendizagem. Observou-se, também, que as crianças apresentavam demanda para psicoterapia, visto que tinham questões afetivo-emocionais (sentimentos ansiosos e baixa autoestima, por exemplo) que também poderiam estar contribuindo para suas dificuldades. Por fim, foi sugerido que os avaliados passassem por uma nova avaliação em um tempo posterior, dado que os indivíduos possuem uma natureza dinâmica e não cristalizada.

Com relação ao avaliando que se encontrava no início da idade adulta, concluiu-se que sua inteligência geral era preservada, com classificação Intellectualmente Médio. Os resultados indicaram maiores dificuldades no construto da atenção, levando em conta a análise do BPA que indicou uma Atenção Geral Inferior e uma classificação baixa nos três tipos de atenção, bem como o questionário ASRS que também demonstrou uma forte sugestão para déficit de atenção. Haja vista que a atenção é uma das habilidades cognitivas mais básicas, é possível que a dificuldade de atenção tenha interferido no seu processo de alfabetização e, conseqüentemente, nas futuras dificuldades de aprendizagem da qual se queixa atualmente. Ainda, foi descartada a hipótese diagnóstica de Dislexia foi descartada, pois o paciente não demonstrou dificuldades acentuadas em leitura e escrita. Como encaminhamento, foi sugerido um acompanhamento psicopedagógico, a fim de retomar habilidades mais básicas que não foram aprendidas.

Deficiência intelectual

O avaliando foi encaminhado pela psicoterapeuta para o serviço-escola a fim de verificar a especificidade de sua Deficiência Intelectual (DI). As principais queixas trazidas eram de importantes dificuldades de aprendizagem. Ao longo de seu desenvolvimento, surgiram inúmeros atrasos e dificuldades na escola que perduraram até a adolescência.

Foram realizadas nove sessões em um período de dois meses. Para detectar aspectos emocionais e subjetivos, bem como suas relações com o diagnóstico em questão, foi utilizado o instrumento Casa-Árvore-Pessoa (HTP) (Alves & Tardivo, 2009), o qual trata-se de uma técnica projetiva de desenho. No que tange ao desempenho cognitivo em subáreas específicas, foi utilizada a Escala de Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV). Para mapear a confluência e a discrepância de informações em diferentes contextos, foram realizadas entrevistas com os responsáveis, a psicoterapeuta e a professora do reforço de sua Instituição Escolar. Ademais, foram feitos registros de observações dos comportamentos do avaliando em sessão.

No tocante aos resultados, obteve-se um Quociente de Inteligência (QI) de 47 pontos, correspondente a um percentil menor que 0,1 e uma classificação extremamente baixa. Todavia, apesar da capacidade intelectual muito abaixo da média, observou-se que o avaliando tinha um bom repertório social para diferentes contextos, além de entender regras sociais. Ademais, observou-se bons resultados relacionados ao raciocínio verbal e compreensão de informações, pontos que poderiam ser estimulados com treinamento cognitivo.

Em face às conjecturas levantadas por meio do processo de AP e do diagnóstico prévio de DI, concluiu-se que o paciente apresentava quadro compatível com Deficiência Intelectual Moderada do DSM-V (American Psychiatric Association, 2014). Por fim, foram sugeridos alguns encaminhamentos para o paciente, como a continuidade na psicoterapia, a fim de lidar com questões afetivas e emocionais. Ademais, foi sugerido o acesso à Educação Especial, visto que a aprendizagem direcionada para suas especificidades poderia contribuir sobremaneira com o desenvolvimento do adolescente. Como contribuição última, ressaltou-se que o avaliado poderia ser favorecido por projetos de auxílio em sua interação com os pares.

Autismo

Foram avaliados três casos com suspeita de Transtorno do Espectro Autista, sendo que um corresponde à faixa etária da segunda infância e os outros dois da adolescência. Foram realizadas entre 6 a 11 sessões, com duração aproximada de uma hora cada. Em um dos avaliados, havia um diagnóstico prévio ao processo de avaliação que indicava a comorbidade combinada ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Nesse caso, realizou-se a avaliação cognitiva para detectar as dificuldades de aprendizagem, considerando que o TEA se encontra frequentemente associado com comprometimento intelectual segundo os pressupostos do DSM-V (APA, 2014). Sendo assim, foram utilizados os instrumentos Escala de Maturidade Mental Colúmbia 3 (CMMS-3) (Bessie, Lucille & Irving, 2018) e a Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (WAIS-III) (Wechsler, 2004), sendo o primeiro instrumento, utilizado de modo qualitativo considerando a extrapolação da faixa etária do paciente.

A observação clínica dos pacientes obteve como fundamento identificar a conformidade ou não com os sinais e sintomas apresentados pelo DSM-V (APA, 2014), valendo-se do uso de jogos e brincadeiras, no caso da faixa etária infantil, ou de entrevistas em caso da adolescência, possibilitando, inclusive, a avaliação da linguagem. A observação dos pacientes adolescentes também se utilizou da escala *Childhood Autism Rating Scale* (CARS), a qual tem como objetivo auxiliar na identificação de sintomas de autismo na faixa etária infantil e possui validação das propriedades psicométricas para a realidade brasileira (Pereira, 2007), sendo utilizada de modo qualitativo tendo em vista a extrapolação da idade limite.

A anamnese neuropsicológica e entrevistas com diferentes fontes de informação tiveram como objetivo conhecer a história clínica dos pacientes e identificar a presença ou ausência dos sintomas do TEA em diferentes contextos e faixas etárias, bem como

averiguar se tais sintomas causam prejuízo clínico a eles. Desse modo, contou-se com o auxílio da escala *Modified Checklist for Autism in Toddlers* (M-CHAT) (Castro-Souza, 2011), a qual tem como objetivo, a partir da aplicação com os pais ou cuidadores, a identificação de sinais do transtorno em crianças entre 18 e 24 meses. Em um dos casos, também foi utilizada escala SNAP-IV (Marcon, Sardagna, & Schussler, 2016) em entrevistas com os pais e a instituição escolar, tendo em vista a suspeita de comorbidade com o TDAH.

A avaliação da personalidade foi executada com os pacientes da faixa etária da adolescência com fins de: detectar áreas de potencial conflito e modos de relacionamento com o ambiente a partir do instrumento projetivo Casa-Árvore-Pessoa (HTP) (Alves & Tardivo, 2009); avaliar habilidades sociais e o modo como o paciente se percebe a partir do instrumento de autorrelato Inventário Fatorial de Personalidade (IFP-II) (Leme, Rabelo & Alves, 2013); investigar fatores afetivo-emocionais que possam estar interferindo na interação social dos pacientes, a partir da Escala de Depressão de Hamilton (HAM-D) (Moreno & Carneiro, 2016), sendo esta, utilizada de modo qualitativo tendo em vista a ausência de um diagnóstico prévio do tipo depressivo, todavia a detecção de sinais e sintomas desta ordem em ambos os pacientes.

A partir dos processos realizados, concluiu-se que, dos três casos avaliados, em apenas um foi confirmada a suspeita do Transtorno do Espectro Autista, enquanto nos outros dois, a hipótese diagnóstica foi refutada.

Transtornos psicóticos agudos e transitórios

Paciente encaminhado para o serviço-escola pela psiquiatra que o acompanha no CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial para a Infância e Adolescência) com a finalidade de, a partir do processo de Avaliação Psicológica, contribuir para o diagnóstico de Transtornos psicóticos agudos e transitórios (CID-10 F23), bem como investigar um possível diagnóstico de autismo.

Foram utilizados como fontes para a Avaliação Psicológica: entrevistas com os pais, a psiquiatra e a profissional técnica responsável pelo grupo terapêutico no CAPSi, observações clínicas durante a sessão e instrumentos psicológicos. Para investigar aspectos da inteligência e da personalidade empregou-se a Escala de inteligência Wechsler para adultos (WAIS-III) (Wechsler, 2004) e o teste Casa-Árvore-Pessoa (HTP) (Alves & Tardivo, 2009), respectivamente.

Ao final do processo, concluiu-se que a personalidade do avaliado prepondera uma característica mais reservada em suas interações sociais e seu nível de inteligência é considerado “Médio”, alcançando um QI Total de 92. Como encaminhamento, foi sugerida a psicoterapia como forma de contribuir no processo de elaboração dos sentimentos e emoções que permeiam o fato do paciente ter vivenciado os sintomas da psicose. Além disso, o trabalho psicoterapêutico pode colaborar no desenvolvimento da autonomia do avaliado, compreendendo seu sentimento de insegurança em conviver socialmente diante do medo de vivenciar novamente os sintomas psicóticos. Quanto à investigação do diagnóstico de autismo, não foi possível identificar critérios suficientes para tal indicação.

Altas habilidades e/ou superdotação

O serviço-escola recebeu como encaminhamento uma criança com suspeita de Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD). Notava-se uma comunicação muito desenvolvida e permeada por assuntos incomuns para a sua faixa etária, além de um grande interesse pela leitura e por assuntos relacionados à astronomia, física e química. Além disso, havia a queixa de uma frequente discussão e curiosidade da criança em relação à sexualidade e sua entrada na puberdade, bem como os conflitos interpessoais no âmbito familiar e escolar.

Com relação ao desenvolvimento, a criança andou, leu e começou a falar anteriormente à idade esperada. Com base nisso, a Avaliação Psicológica ocorreu de

modo a investigar a personalidade, utilizando-se do teste Casa-Árvore-Pessoa (HTP) (Alves & Tardivo, 2009); os aspectos da inteligência, a partir da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV); o desempenho escolar por meio do Teste de Desempenho Escolar (TDE); e, a capacidade geral de atenção, através da Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção (BPA). Além disso, foram realizadas entrevistas e observações clínicas com a finalidade de contribuir na investigação das queixas sobre as dificuldades de relacionamento interpessoal.

Como conclusão, pôde-se inferir que a personalidade da criança avaliada é marcada pela autoconfiança elevada e, quanto aos aspectos da inteligência, a avaliada se encontra acima da média com QI Total de 123, classificado como “Superior” e um percentil de 94, ou seja, supera o valor de QI de 94% da população com a mesma faixa etária, o que corrobora com seu nível superior apresentado nos subtestes de Teste de Desempenho Escolar. Esse fato contribuiu para que um dos encaminhamentos fosse voltado para a inserção da avaliada no Núcleo de Habilidades e Superdotação (NAAHS), embora o escore mínimo de inteligência para AH/SD não tenha sido atingido, pois outros critérios foram cumpridos com êxito, como em seu alto nível de criatividade e compreensão verbal. No quesito atenção, os resultados indicaram que havia um nível mais alto do que o esperado para a idade, não invalidando o relato da professora, haja vista que o contexto em que ocorre o processo de Avaliação Psicológica se diferencia do ambiente escolar, pois é controlado e não apresenta uma diversidade de estímulos externos que possam interferir com intensidade.

Discussão

Diante das conjecturas apresentadas, fica evidente o quanto a prática profissional é mesclada, exigindo do psicólogo diversas habilidades e conhecimentos. Conforme fora visto, os casos atendidos possibilitaram o desenvolvimento de diferentes modalidades

dentro da Avaliação Psicológica, tais como a Orientação Profissional e o Psicodiagnóstico. Os casos diferiram principalmente na faixa etária e no tipo de demanda. Ressalta-se, também, a prevalência do sexo masculino nos encaminhamentos, estando assim, em conformidade com a análise feita por Sei et al. (2019) em anos anteriores na mesma instituição. Durante o estágio retratado, dos dezesseis casos recebidos apenas cinco correspondiam ao sexo feminino.

Haja vista o apresentado, observa-se que a prática profissional dentro do contexto de AP envolve diferentes habilidades e conhecimentos. Com isso, segundo a Cartilha de Avaliação Psicológica de 2022 (CFP, 2022), a coleta de informações é uma etapa fundamental de cada caso. É nessa etapa do procedimento, a partir de diferentes estratégias, como por exemplo entrevistas, observações e/ou testes psicológicos, que o psicólogo consegue material suficiente para, posteriormente, realizar a integração das informações e a escrita do Laudo psicológico.

Para atuar nesse contexto, é necessário dominar a legislação referente ao tema da Avaliação Psicológica no Brasil, o que compõe as resoluções do CFP e também o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Ainda, há que se contemplar o conhecimento acerca do desenvolvimento humano, psicopatologia, farmacologia, entre outros. Um exemplo disso é o DSM-V (APA, 2014). e o CID-11, dispositivos médicos para traçar categorias diagnósticas. Grande parte dos encaminhamentos recebidos continham códigos desses manuais como hipóteses diagnósticas, o que implica em uma necessidade de conhecer acerca do assunto e dialogar com diferentes especialidades.

Ademais, é fundamental, para esta prática, o conhecimento acerca dos instrumentos possíveis de serem utilizados e a constante confirmação de sua validação no Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) e demais publicações científicas da área. Os Testes Psicológicos, segundo o Artigo 2º da Resolução nº 09/2018, constituem-se

como uma das fontes fundamentais de informação na qual o Psicólogo deve basear sua prática, no entanto, a escolha dos instrumentos deve levar em consideração diversos fatores intrínsecos ao contexto da avaliação a ser realizada. Sendo assim, é fundamental, no contexto de Avaliação Psicológica, conhecer as particularidades dos instrumentos no que tange os constructos que avaliam, suas especificidades técnicas, metodológicas e operacionais e sobretudo, saber aplicá-los conforme o manual técnico apresentado.

Nesse sentido, pensando nas especificidades da atuação no contexto da Avaliação Psicológica, entende-se a necessidade de uma formação que contemple o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a profissão. De acordo com Soligo, Muniz, Oliveira e Zanini (2020), os estágios possuem uma importância particular no processo de formação. É por meio dessa experiência, de situações práticas e reais, que o discente pode acrescer seus conhecimentos, tão necessários para uma prática profissional com excelência. Por mais que cada dupla se voltasse para um caso específico, as supervisões, nas quais todos os outros também eram relatados, oportuniza a aprendizagem das diferentes demandas e atuações. Ademais, as estagiárias tinham orientações teóricas diferentes em termos de abordagem clínica e, mesmo assim, em AP é possível que haja um diálogo entre diferentes teorias e entre os futuros profissionais, algo muito solicitado na prática psicológica de modo geral.

Diante disso, a modalidade de supervisão grupal do estágio configurou-se como eficiente para a construção e aprendizado de cada caso clínico, considerando a pluralidade de abordagens psicológicas presentes no contexto da supervisão e o contato com diferentes casos a partir da escuta. Destaca-se, também, que esses conhecimentos foram passíveis de serem aprofundados, tendo em vista a continuidade do estágio desde o quarto ano, até o quinto ano do curso.

Considerações finais

Com base no exposto, verifica-se que os objetivos deste trabalho foram atingidos, evidenciando a importância do estágio de ênfase em Avaliação Psicológica voltada para a formação do discente do curso de Psicologia. Por meio da atuação em um serviço-escola, considerando os processos de investigação diagnóstica, foi possível aprimorar o conhecimento teórico e técnico das estagiárias, bem como contribuir socialmente com a comunidade aderente ao referido serviço-escola, considerando a gratuidade do trabalho realizado em comparação ao alto custo cobrado por esse serviço em âmbito privatizado.

O contato com a prática em Avaliação Psicológica, ainda no quarto ano, corroborou

para que as estagiárias desenvolvessem um olhar clínico ético valendo-se de recursos reconhecidos pela ciência psicológica (CFP, 2022). No entanto, vale ressaltar a importância de uma formação continuada nesta área, para além da graduação, tendo em vista o prazo de validade dos instrumentos e a necessidade de adequação destes para o contexto sociocultural vigente, bem como atualizar-se no que diz respeito às publicações científicas da área e às resoluções vindouras. Por fim, considerando que um dos princípios fundamentais da profissão do psicólogo, segundo o Código de Ética, é a atuação responsável e guiada por um aperfeiçoamento profissional ininterrupto, destaca-se a importância, para a Avaliação Psicológica, de um exercício ético, atualizado e comprometido com a integralidade do ser humano.

Referências

- Alves, I. C. B., & Tardivo, R. C. (2009). *Casa, Árvore, Pessoa - Técnica projetiva de desenho [HTP]* (2ª ed.). Vetor Editora.
- American Psychiatric Association (APA). (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Artmed.
- Bessie B. B., Lucille H. B., & Irving L. (2018). *Escala de Maturidade Mental Colúmbia 3 (CMMS – 3)* (1ª ed.). Editora Pearson Clinical Brasil.
- Castro-Souza, R. M. (2011). *Adaptação brasileira do M-CHAT (modified checklist for autism in toddlers)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10210>
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (2018). *Resolução n.º 09/2018*. CFP: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-9-de-25-de-abril-de-2018-12526419>.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (2019). *Resolução n.º 06/2019: Orientações Sobre Elaboração De Documentos Escritos Produzidos Pela(O) Psicóloga(O) No Exercício Profissional*. CFP: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP (2022). *Cartilha de Avaliação Psicológica 2022*. CFP: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica1.pdf.
- Conselho Nacional De Educação (2004). *Resolução Nº 8/2004*. Diário Oficial da União. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf.
- Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C. M., & Krug, J. S. (2016). *Psicodiagnóstico*. Artmed.

- Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Leme, I. F. A. S., Rabelo, I. S. A. & Alves, G. A. S. (2013). *Inventário Fatorial de Personalidade II (IFP II)*. Casapsi Livraria e Editora.
- Marcon, G. T. G., Sardagna, H. V., & Schussler, D. (2016). O questionário SNAP-IV como auxiliar psicopedagógico no diagnóstico PRELIMINAR do Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). *Construção psicopedagógica*, 24(25), 99-118. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100008
- Marturano, E. M., Silveiras, E. F. M., & Oliveira, M. S. (2014). Serviços-escola de psicologia: seu lugar no circuito de permuta do conhecimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 457-470. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-15>
- Moreno, R. A., Carneiro, M. C. (2016). Escala de depressão de Hamilton (HAM-D). In C. Gorenstein, Y. P. Wang, & I. Hungerbuhler (Orgs). *Instrumento de avaliação em saúde mental* (pp. 223-239). Artmed.
- Oliveira, K. L., Monteiro, A. L., Faiad, C., Muniz, M., & Schelini, P. W. (2020). Por que os professores diferenciam avaliação psicológica e testagem psicológica? In K. L. Oliveira, P. W. Schelini, & S. M. Barroso (Orgs.), *Avaliação Psicológica: guia para a prática profissional* (pp. 11-20). Vozes.
- Ortolan, M. L. M., & Sei, M. B. (2016). Plantão psicológico no serviço-escola de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 7(1), 29-35. <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2016v7i1.3079>
- Pereira, A. M. (2007). *Autismo infantil: tradução e validação da CARS (Childhood Autism Rating Scale) para uso no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rio Grande do Sul. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Pediatria. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Peres, A. J. S. (2021). Competências em Avaliação Psicológica. In K. L. Oliveira, M. Muniz, T. H. Lima, D. S. Zanini, & A. A. Santos (Orgs), *Formação e estratégias de ensino em Avaliação Psicológica* (pp. 52-72). Vozes.
- Sei, M. B., Skitnevsky, B., Trevisan, F. M., & Tsujiguchi, I. (2019). Caracterização da clientela infantil e adolescente de um serviço-escola de Psicologia paranaense. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(2), 19-36.
- Silva, E. C., & Ivashita, S. B. (2022). Tempo escolar e as alterações impostas pela Covid-19. In A. R. J. Santos, A. L. Araújo, & L. G. Tiroli (Orgs.), *Ensino, currículo e Formação Docente: Vínculos, conexões e questões da atualidade* (1ª ed., pp. 117-130). Madre Pérola.
- Soligo, A. F., Oliveira, I. T., Muniz, M., & Zanini, D. S. (2020). Formação em Psicologia: Estágios e Avaliação Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003243432>
- Wechsler, D. (2004). *WAIS-III: Escala de Inteligência Wechsler para Adultos: Manual*. Casa do Psicólogo.
- Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 121-128.

<https://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>

Dados sobre as autoras:

- *Amanda Lays Monteiro Inácio*: Doutora pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco. Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Londrina e Especialista em Clínica Psicanalítica pela mesma instituição. Professora Assistente do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Membro do GT Pesquisa em Avaliação Psicológica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).
- *Maria Eduarda Oening da Silva*: Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.
- *Beatriz Leal Santos*: Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.
- *Taís Leão Seleguini*: Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.
- *Beatriz Lapresa Canavesi*: Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.
- *Luiza Farias Miani*: Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
